Pesquisa e Ações em Saúde Pública
Edição XXVII

Capítulo 25

PROTAGONISMO ESCOLAR NA PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL: RELATO DE UMA AÇÃO EXTENSIONISTA COM CRIANÇAS EM TIANGUÁ - CE

BRUNA DA SILVA FERNANDES[1]
KATIANA MACEDO CAVALCANTE DE PAULA[2]

[1]*Bacharelanda em Enfermagem Faculdade UNINTA – Tianguá, CE.*
[2]*Mestre em Educação Profissional e Tecnológica - Faculdade UNINTA – Tianguá, CE.*

Palavras-Chave: *Violência Sexual; Educação em Saúde; Criança e Adolescente.*

DOI 10.59290/0204995588

EDITORA PASTEUR

INTRODUÇÃO

A violência sexual contra crianças e adolescentes configura-se como grave violação de direitos humanos e importante problema de saúde pública, com repercussões físicas, psicológicas, sociais e educacionais de curto, médio e longo prazo. Trata-se de fenômeno complexo, multifatorial e estruturalmente condicionado por desigualdades de gênero, faixa etária, vulnerabilidade socioeconômica e relações de poder assimétricas. No Brasil, relatórios epidemiológicos apontam que a maioria dos casos notificados de violência sexual tem como vítimas crianças e adolescentes, frequentemente em contexto intrafamiliar, o que contribui para subnotificação, silenciamento e perpetuação do ciclo de violência.

As consequências da violência sexual infantojuvenil transcendem o evento em si, podendo desencadear transtornos de ansiedade, depressão, estresse pós-traumático, ideação suicida, dificuldades escolares, distorções na percepção corporal e prejuízos no desenvolvimento psicossocial. Ademais, a exposição precoce à violência está associada ao aumento do risco de revitimização e vulnerabilidade social na vida adulta, reforçando a necessidade de estratégias preventivas estruturadas e contínuas.

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) estabelecem a proteção integral como princípio norteador das políticas públicas, atribuindo à família, à sociedade e ao Estado a responsabilidade compartilhada pela garantia de direitos. Nesse contexto, a escola assume papel estratégico na prevenção e identificação precoce de situações de violência, por ser espaço privilegiado de convivência, formação cidadã e construção de vínculos protetivos.

A educação em saúde no ambiente escolar constitui ferramenta potente para o fortalecimento da autonomia corporal, compreensão sobre consentimento, reconhecimento de limites e acesso aos canais de denúncia. Intervenções pedagógicas baseadas em metodologias participativas ampliam a capacidade crítica dos estudantes e contribuem para a redução da vulnerabilidade frente a situações de abuso.

A Enfermagem, enquanto profissão inserida nas políticas de promoção da saúde e prevenção de agravos, possui competência técnica e compromisso ético para desenvolver ações educativas voltadas à proteção da infância e adolescência. A extensão universitária fortalece esse papel ao integrar formação acadêmica e responsabilidade social, possibilitando vivências que articulam conhecimento científico, prática comunitária e atuação intersetorial.

Diante desse cenário, o presente estudo objetiva relatar e analisar criticamente a experiência de uma ação extensionista desenvolvida com estudantes do ensino fundamental, voltada à prevenção da violência sexual, promoção da autonomia e divulgação dos direitos e mecanismos de proteção disponíveis.

MÉTODO

Trata-se de estudo descritivo, do tipo relato de experiência, com abordagem qualitativa e caráter reflexivo-analítico, desenvolvido a partir de ação extensionista realizada por acadêmicos do curso de Enfermagem da Faculdade UNINTA, campus Tianguá-CE.

A atividade ocorreu em 31 de maio de 2023, em escola pública municipal, envolvendo 31 estudantes do 6º ano do ensino fundamental, com faixa etária predominante entre 11 e 13 anos. A escolha da turma considerou a fase de transição entre infância e adolescência, período marcado por transformações biopsicossociais relevantes e maior necessidade de orientação quanto à autoproteção.

O planejamento da intervenção ocorreu previamente em articulação com a coordenação pedagógica escolar e sob supervisão docente, alinhando-se às diretrizes da Campanha Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (18 de Maio). Foram considerados princípios de educação emancipatória, linguagem acessível e adequação sociocultural.

O conteúdo programado contemplou: (1) apresentação dialogada sobre o corpo humano e seus limites; (2) diferenciação entre toques seguros e inseguros; (3) explicação sobre consentimento; (4) orientações sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); (5) divulgação dos canais de denúncia, como Disque 100 e Conselho Tutelar.

Foram utilizadas metodologias ativas, incluindo apresentação dialogada com recursos audiovisuais, vídeos educativos ("Toque Bom, Toque Ruim", "Defenda-se" e "Time da Defesa"), dinâmicas interativas e roda de conversa. A avaliação ocorreu de forma processual e formativa, mediante observação da participação, respostas às perguntas norteadoras e *feedback* oral ao final da atividade.

A condução respeitou princípios éticos fundamentais, como acolhimento, escuta qualificada, não exposição individualizada, confidencialidade e postura sensível diante de possíveis relatos espontâneos. Por tratar-se de relato de experiência sem identificação de participantes, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme normativas vigentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A intervenção revelou lacunas significativas no conhecimento prévio dos estudantes acerca de violência sexual e mecanismos de proteção. Observou-se dificuldade na nomeação adequada das partes íntimas do corpo, desconhecimento do conceito de consentimento e ausência de clareza quanto aos canais formais de denúncia. Esses achados reforçam evidências da literatura que apontam insuficiência de diálogo estruturado sobre sexualidade protetiva no ambiente familiar e escolar.

A utilização de metodologias participativas mostrou-se eficaz para promover engajamento e assimilação do conteúdo. Os recursos audiovisuais facilitaram a internalização de conceitos sensíveis, permitindo que os estudantes identificassem, de forma concreta, situações de risco e comportamentos inadequados. A diferenciação entre toques seguros e inseguros foi progressivamente compreendida, evidenciando avanço na percepção de autoproteção.

A roda de conversa constituiu momento de maior densidade reflexiva, possibilitando a expressão de dúvidas, relatos indiretos e compartilhamento de experiências vivenciadas em contextos comunitários. Esse espaço dialogado favoreceu a construção de ambiente de confiança e escuta ativa, elementos essenciais para intervenções em temáticas sensíveis.

Do ponto de vista formativo, a experiência contribuiu para o desenvolvimento de competências comunicacionais e ético-profissionais dos acadêmicos de Enfermagem, especialmente no manejo de conteúdos complexos, articulação intersetorial e promoção da educação em saúde baseada em direitos. A vivência reforçou o entendimento da Enfermagem como prática social ampliada, alinhada aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente no que tange à integralidade e intersetorialidade.

A experiência corrobora estudos que defendem a implementação sistemática de programas educativos no ambiente escolar como estratégia efetiva de prevenção primária da violência sexual. Intervenções precoces ampliam a capacidade de reconhecimento de situações abusivas,

fortalecem a autonomia e incentivam a busca por apoio institucional.

CONCLUSÃO

A ação extensionista demonstrou potencial transformador ao promover ampliação do conhecimento, fortalecimento da autonomia corporal e divulgação dos direitos e canais de denúncia entre estudantes do ensino fundamental. Evidenciou-se que a escola constitui espaço estratégico para intervenções preventivas estruturadas, capazes de reduzir vulnerabilidades e estimular a cultura de proteção.

A atuação da Enfermagem nesse cenário reafirma seu compromisso com a promoção da saúde, prevenção de agravos e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Destaca-se a importância da continuidade de ações educativas sistemáticas, bem como da consolidação de práticas intersetoriais entre educação, saúde e assistência social.

Investir em educação preventiva representa estratégia essencial para o enfrentamento qualificado da violência sexual infantojuvenil, contribuindo para a construção de ambientes escolares mais seguros e para a efetivação da proteção integral preconizada pela legislação brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2020. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_criancas_familias_violencias.pdf. Acesso em: 12 dez. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.970, de 17 de maio de 2000. Institui o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 maio 2000. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_criancas_familias_violencias.pdf. Acesso em: 12 dez. 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_criancas_familias_violencias.pdf. Acesso em: 12 dez. 2025.

FERNANDES, L. P. S. *et al*. Ações educativas como estratégia de prevenção à violência sexual infantil: uma experiência extensionista. Revista Brasileira de Extensão Universitária, v. 13, n. 2, p. 48–59, 2022. DOI: 10.36661/2358-0399.2022v13i2.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 67. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. Guia de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Brasília, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mdh. Acesso em: 12 dez. 2025.